

**TÍTULO:** EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PROPOSIÇÃO DE UM CONCEITO

**AUTORES:** Luiz Antônio Botelho Andrade<sup>1</sup> e Edson Pereira da Silva<sup>2</sup>

**ÁREA TEMÁTICA:** Institucionalização da Extensão Universitária

### **Introdução**

A extensão universitária tem sido matéria de grandes discussões teóricas e de candentes embates ideológicos (ADUSP, 2001a & b). O epicentro das discussões teóricas é o próprio conceito de extensão, que ora tem sido considerado vago e impreciso (Souza, 2000) ou mesmo inapropriado (Freire, 1975). A falta de uma boa definição poderia explicar, de um lado, parte dos embates ideológicos e, de outro, as práticas institucionais equivocadas, sejam elas assistencialistas ou mercantis.

A dificuldade em se definir o que é extensão pode ser constatada em uma publicação recente sobre o tema – “*Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*” (Faria, 2001). Neste livro, vários autores chamam a atenção para o caráter histórico da atividade chamada extensão, as diferentes vertentes teóricas em que o conceito tem sido discutido atualmente e, mais importante, as questões operacionais deixadas em aberto, tais como: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a importância desta última para a afirmação da autonomia universitária. Nos propomos neste ensaio revisitar o conceito de extensão e propor uma formulação nova para o conceito, tendo em vista contribuir para o debate em curso.

Antes de enunciar a nossa proposta conceitual para a extensão universitária, explicitaremos os pressupostos nos quais nos baseamos para construí-la. O primeiro pressuposto se assenta em nossa convicção de que tanto a universidade quanto a sociedade podem ser entendidas como sistemas<sup>3</sup> dinâmicos e autônomos (Andrade *et al.*, 2000). A

---

<sup>1</sup> Atual Diretor do Instituto de Biologia (gimlaba@vm.uff.br), membro do Núcleo de Estudo sobre Educação Superior da Faculdade de Educação da UFF (NEPES-FEUFF).

<sup>2</sup> Responsável pelo Laboratório de Genética Marinha do Instituto de Biologia, vice Coordenador do Curso de Ciências Biológicas da UFF (gbmedson@vm.uff.br).

<sup>3</sup> Sistema é qualquer coleção de elementos que, através de suas interações preferenciais, estabelece para si uma fronteira operacional, separando-o de outros elementos com os quais também pode interagir e que, então, constituem o meio no qual tal coleção de elementos opera como uma totalidade (Maturana, 1997). Como uma totalidade, um sistema não existe por si próprio: ele existe na medida em que um observador especifica uma fronteira e, ao especificá-la, o sistema emerge, ressaltando-se de um meio.

concepção da universidade como um tipo de sistema - ou como um subsistema de um outro sistema maior - a sociedade, demanda que façamos, enquanto observadores, uma distinção entre ambos - a especificação de uma fronteira.

Assim, nos perguntamos, que tipo de rede de interações pode ser identificada dentro da universidade que, no seu operar, nos permitiria circunscrevê-la por uma fronteira? Qual é a estrutura e a organização da universidade que, na sua operacionalidade, especifica o que distinguimos como interior e exterior (meio)? Esta passagem é delicada. Primeiro, porque o tipo de rede de interações que caracteriza o sistema universidade advém das relações interpessoais e está, portanto, duplamente, no domínio da linguagem. Está no domínio da linguagem porque: (1) se toda distinção é feita pelo observador e esta só pode ser feita através da linguagem logo, quando distinguimos a universidade como um sistema, o fazemos enquanto observadores, isto é, na linguagem (primeira recursão); (2) retorna-se de novo ao domínio da linguagem quando afirmamos, em nossas distinções, que o tipo de rede que caracteriza a universidade é uma rede de conversação, ou seja, uma rede lingüística. Os prédios, as bibliotecas, os laboratórios e a infra-estrutura participam como elementos que materializam ou que facilitam aquilo que estamos afirmando como essencial: *as relações interpessoais* - mantidas pelas conversações acadêmico-científicas.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, concebemos a sociedade tanto como uma totalidade - detentora de outros subsistemas dinâmicos, incluindo a universidade, quanto como meio no qual a universidade opera como um sub-sistema. A fronteira, neste caso específico, não é uma barreira física, os muros da universidade, mas uma dinâmica, um operar diferenciado, mantido tanto pelas conversações acadêmico-científicas no seio da universidade quanto pela afirmação de sua autonomia.

Um outro de nossos pressupostos concebe a extensão como relação. Para nós, a extensão é um tipo especial de relação, que se diferencia da relação de co-deriva histórica, cunhada recentemente por nós (Andrade *et al.*, 2000). Assim, ao separarmos a universidade da sociedade por uma fronteira operacional, torna-se fundamental diferenciar a relação de co-deriva histórica (Andrade *et al.*, 2000) desta que estamos agora a teorizar - a extensão universitária.

---

A extensão, enquanto relação, se diferencia da relação de co-deriva histórica, na medida em que os partícipes (membros da universidade e da sociedade) sempre se irmanam, solidariamente<sup>4</sup>, para a resolução de um ou mais problemas, sejam eles de natureza qualquer. Assim, os membros da comunidade universitária e aqueles da comunidade em geral, desafiados pelo mundo, buscam na ação, a consecução dos mesmos objetivos – a resolução de um problema. Há de se fazer uma pequena ressalva para não confundir a resolução do problema em si, com a extensão. O que é privilegiado neste tipo especial de relação não é o problema, mas sim a ação, a práxis. Assim, a extensão se define na ação e como ação e não no resultado esperado - a resolução do problema. Ainda que mediatizada por um problema ou pelo mundo, a ação extensionista não é dirigida para, ou sobre, os objetos e, sim, para ou com os homens, dos quais se espera uma transformação cultural e, portanto, do mundo (Freire, 1975).

Este tipo especial de relação – a extensão universitária - incita, confere ou reforça sempre a congruência entre a universidade e o outro fundado na relação. Distintamente, a relação dialética que dá movimento à co-deriva histórica, nem sempre incita, confere ou reforça a congruência entre estes dois sistemas. Muitas vezes ela é marcada por tensões, anacronismos, conflitos e mesmo lutas, ou seja, por incongruências (Andrade *et al.*, 2002).

Uma outra característica desta relação, que é mais um de nossos pressupostos, é que os partícipes (os membros dos dois sistemas) são necessariamente iguais<sup>5</sup> e responsáveis pelos seus atos, no exercício de suas respectivas autonomias. Além disso, enquanto seres autônomos e responsáveis na ação conjunta, eles devem sempre afirmar suas respectivas identidades na construção da alteridade, aceitando uns aos outros, como legítimos outros, na convivência (Maturana, 1997). Se isto não ocorrer, está negada a relação de solidariedade entre os membros destes dois sistemas e, portanto, assim negados, ou negando uns aos outros, os homens podem ser coisificados na ação. Isto explica os equívocos em que certas ações, ditas extensionistas, se inscrevem como invasão cultural, messianismo, assistencialismo e mercantilismo (Freire, 1975).

---

<sup>4</sup> Empregamos o termo solidariamente no sentido de compromisso ético e não como filantropia ou salvacionismo.

<sup>5</sup> Iguais, enquanto sujeitos do conhecimento, mas desiguais na sociedade dividida em classes.

## **Um Conceito para Extensão**

Tomando em conjunto os pressupostos descritos acima, podemos enunciar a proposta de um conceito para a extensão universitária e submetê-lo à comunidade universitária. Dizemos isto porque acreditamos que a enunciação de uma proposta explicativa ou conceitual para alguma coisa, não é validada pelo que enuncia (falante ou escritor), mas sim pelo ouvinte ou leitor. Neste caso, caberá aos leitores deste ensaio a validação ou não do que estamos propondo agora.

Assim, definimos como extensão universitária, *a relação entre dois sistemas, um dos quais constituído pelos membros da comunidade universitária, em seus vários recortes e, o segundo, aquele produzido como outro, na relação. Estes dois são desafiados ou mediatizados pelo mundo, que os irmana em uma ação solidária, como iguais e responsáveis e que, mesmo buscando o mesmo objetivo - a transformação cultural e/ou do mundo - se afirmam em suas respectivas autonomias na construção da alteridade.*

É importante ressaltar que a definição explicitada acima, ao mesmo tempo que enuncia um conceito, propõe uma explicação para a fenomenologia extensionista. Assim, o nosso enunciado é, ao mesmo tempo, conceito operacional e explicação para o fenômeno extensionista. Ou seja, é conceito, porque cria um objeto, na linguagem. É explicação, porque formula, na linguagem, um mecanismo gerativo que posto a operar, gera o fenômeno que nós, enquanto observadores, queremos explicar, qual seja, a extensão universitária. Esta característica de ser conceito e mecanismo gerativo ao mesmo tempo, dá ao conceito proposto um caráter de movimento, de recursividade, de praxis: *só é conceito na prática extensionista, só é prática extensionista no conceito de extensão* (Andrade & Silva, 2001)

## **Indissociabilidade entre Ensino, Extensão e Pesquisa**

O ensino, a extensão e a pesquisa são indissociáveis? Qual é o padrão que os unifica? Nossa resposta é simples e direta: as conversações interpessoais. Tanto o ensino quanto a pesquisa são construções humanas e portanto estão, de alguma forma, realizadas com e na linguagem, enquanto produções coletivas. Quando dizemos que elas são realizadas com e na linguagem, não implica que elas estejam desvinculadas do mundo ou

de um objeto específico. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, o conversar - definido como coordenação de coordenação condutual consensual - não implica somente em reflexão mas também na ação, ao coordenar a conduta de um ou mais indivíduos numa relação entre sujeitos, ou entre os sujeitos face ao objeto pensado - o objeto cognoscitivo. Pode ser que uma (o ensino), mais do que a outra (a pesquisa), tenha conversações mais expandidas, mas ambas são realizadas na linguagem, por conversações. Da mesma forma, pode ser que uma (a pesquisa) tenha exigências internas mais rígidas para sua aceitação e validação por uma comunidade de observadores (os cientistas), mas ela também não ocorre fora das redes de conversações acadêmico-científicas.

Além de tudo isto, não existe ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Estes dois que-fazer-se encontram um no corpo do outro (Freire, 1998). Assim, quando se ensina, continua a se indagar, a buscar, a criar e a recriar novos caminhos na relação com o outro. Quando se pesquisa, pesquisa-se para conhecer o que não se conhece e há de se anunciar a novidade que deverá ser aceita, validada, por uma comunidade de observadores-padrão, os cientistas, na linguagem (Maturana, 2001).

Para se falar da extensão, há de se incluir o outro nas redes de conversações que a define e, para tanto, haveremos de fazer uma distinção de aproximação. Isto porque, na maioria das vezes, a relação solidária entre a universidade e a sociedade não é mediada pelas conversações acadêmico-científicas, haja visto que estes dois sistemas não operam com este gênero de conversações, de forma recorrente. Cabe aqui, portanto, um ponto de discussão sobre a linguagem empregada nos diferentes tipos de conversações mantidas entre os membros da comunidade universitária com o outro (societário).

Assim, poderíamos dizer, com um certo grau de simplificação que, no caso da universidade, existem dois tipos básicos de linguagem: aquelas mantidas entre os especialistas e aquelas mantidas entre os especialistas com a população em geral, denominada aqui, por razão de simplificação, de não-especialistas. Esta distinção de linguagens, na linguagem, se faz necessária para a compreensão das diferentes dinâmicas produzidas seja nos encontros entre especialistas dentro e fora da universidade (congressos), seja nos encontros entre especialistas e não-especialistas, no âmbito societário (Mota-Santos, conversas pessoais com o autor em torno da extensão).

No âmbito societário, este problema foi abordado por Paulo Freire (1983), quando do seu encontro, enquanto docente, com a população em geral, se solidarizando para resolver o problema do analfabetismo. O desafio suscitado pelo o encontro de Freire (docente/universidade) com o outro (educandos/sociedade) foi assim explicitado pelo autor: “*porque falar que ‘Eva viu as uvas’ para homens que conheciam poucas Evas e nunca haviam chupado uvas?*” Como evitar o pronunciamento de palavras ocas, desprovidas de sentido e, assim, substituir a educação domesticadora por uma comprometida com a prática da liberdade? Viu-se então o educador-educando em face de um grande problema político e também epistemológico. A solução, que foi sua opção e que serviu como fio condutor de sua vida e obra, foi a de se solidarizar com o outro, particularmente os esfarrapados do mundo. Solidariedade gnosiológica, de aceitação do outro, enquanto legítimo outro, na relação, como sujeito do conhecimento e não objeto da filantropia ou assistência. Esta aceitação do outro, enquanto sujeito do conhecimento, na convivência, não significou o imobilismo, mas sim um movimento em espiral construtiva, dialético, de transformação mútua, com avanços, pausas e retrocessos e, sobretudo, esperançoso, impacientemente paciente e pacientemente impaciente, em sua configuração e no seu configurar.

## **Conclusão**

Ainda que as ideologias dominantes nos apresentem um modelo único de desenvolvimento, forjado pela massificação dos processos de globalização dos mercados, mundialização da cultura e planetarização das formas de governança e poder, havemos de construir novos caminhos civilizatórios que rompam com a crença do pensamento único e de que não há alternativas viáveis para o país ou para o mundo. As universidades de todo o mundo e as da América Latina, em especial, são *loci* privilegiados e podem participar da criação destes novos caminhos. A busca de novos caminhos, que impliquem tanto em mudanças estruturais quanto culturais na universidade e na sociedade passa, necessariamente, por novas práticas, a serem realizadas no presente, e por novas racionalizações conceituais que as sustentem.

Foi com este objetivo maior que empreendemos todo nosso esforço para teorizar a extensão universitária. Assim, partindo de nossa concepção de universidade e de sua relação com a sociedade (Andrade *et al.*, 2000; 2002), buscamos redefinir o conceito de

extensão acrescentando ao seu sentido mais comum, de verbo transitivo relativo de dupla complementação (estender algo até alguém - aquele que recebe o conteúdo do objeto da ação verbal) (Freire, 1975), um significado de relação solidária, mantida entre a universidade e a sociedade, ou entre os seus diversos recortes, na qual os partícipes se afirmem como autônomos na construção da alteridade.

Assim, advogamos que a extensão universitária não deve ser confundida com assistencialismo (material ou intelectual) ou com prestação de serviços. Este equívoco, que se assenta na idéia de assistir aos incultos ou de transferir conhecimentos da universidade para a sociedade é um equívoco gnosiológico, o qual foi previamente apontado por Paulo Freire (1975). Este equívoco, cometido por muitos que atuam na extensão, ocorre pela crença de que é possível transmitir conhecimentos e técnicas daqueles que se encontram aquém dos muros (na universidade) para aqueles que se encontram além dos muros, na sociedade, ou mesmo excluídos dela e do mundo (Freire, 1975).

Foi baseado nesta crítica contundente que Paulo Freire questionou a utilização do termo extensão, sugerindo a sua substituição pelo termo comunicação (Freire, 1975). Comungamos com Paulo Freire a opinião de que existe o equívoco gnosiológico, mas não a opinião dele de substituir o termo extensão por comunicação. Ao invés de substituir o termo, preferimos redefini-lo e apresentá-lo como relação solidária. Isto porque, chamar esta relação de comunicação poderia também nos trazer problemas teóricos. Isto porque, pelo senso comum, comunicação é entendido como a transferência de comunicados de um emissor para um receptor. Assim, ainda que entendamos os argumentos de Freire (1975), a relação solidária que advogamos se insere melhor como conversação (do latim *cum*, que significa com, e *versare*, que significa dar voltas com o outro).

Nesta perspectiva, a universidade e a sociedade, ou os seus membros, devem caminhar juntos, uns com os outros, em coordenações de coordenações de ações, de forma recorrente, através de condutas consensuais. Ao nosso ver, a validação deste modelo explicativo pela comunidade universitária, pela sociedade civil e pelos órgãos do governo, poderá suscitar novas questões teóricas (heurística) e ensejar novas ações extensionistas em prol da afirmação e consolidação da universidade pública, gratuita, autônoma, de qualidade e comprometida com o seu tempo.

Se aceitarmos que a extensão tem sido, historicamente, fonte de possibilidades para o aprimoramento da instituição universitária, cabe a nós, membros da instituição, ampliar as ações extensionistas e, assim, caminhando juntos com a sociedade, equacionar e mesmo solucionar os problemas que afligem o país, mantendo, no entanto, o operar autônomo desta instituição que vem realizando a rede de conversações acadêmico-científicas que a define.

Tendo em vista que as instituições, enquanto criações sociais, não tem nenhuma garantia de sobrevivência *ad-eternum*, acreditamos que somente a ampliação das ações extensionistas possibilitará a universidade se afirmar como uma necessidade da sociedade e não uma mera contingência histórica.

### **Bibliografia**

ADUSP, Fundações privadas e conflito de interesses (Dossiê). *Revista da ADUSP* No 23, setembro de 2001a.

ADUSP, Fundações privadas versus Medicina da USP: riscos, distorções, surpresas (Dossiê). *Revista da ADUSP* No 24, dezembro de 2001b

ANDRADE, L.A.B, LONGO, W. P. & PASSOS, E. Autonomia: um modelo explicativo para a ontologia da universidade. *Universidade e Sociedade (ANDES)*, Brasília, v. 21, p.73-84, 2000.

ANDRADE, L. A. B; SILVA, E. P.; LONGO, W. P. & PASSOS, E. Universidade e Sociedade: uma co-deriva histórica. *Movimento* No 6, setembro de 2002.

ANDRADE, L. A. B. & SILVA, E. P. A Universidade e sua relação com o outro: um conceito para extensão universitária. *Educação Brasileira*, Vol. 22, No 46, 2001.

FARIA, D. S. *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina* Dóris Santos de Faria ( org.) – Brasília ,UNB, 2001.

FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido* São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998.

MATURANA, H. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte, UFMG, 1997.

MATURANA, R. H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

SOUZA, A. L. L. *A História da extensão universitária*. Campinas, SP. Editora Alínea, 2000.